



a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 139 NÚMERO 3053 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
ABRIL 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Ricardo Paes Mamede

O economista reconhece que a alteração da configuração do parlamento português deu um novo fôlego à economia. Presença habitual no debate televisivo, admite as vantagens da política de devolução de rendimentos, mas avisa que há problemas estruturais que mantêm Portugal na corda bamba. **págs. 8 e 9**



ARTE URBANA

Quando as paredes falam

Das gravuras rupestres aos graffiti, a inscrição em paredes é uma arte milenar. A revolução de Abril espoletou em Portugal a liberdade que deu voz a quem havia estado amordaçado pelo fascismo durante meio século. Os inúmeros murais políticos

tatuaram a esperança de um povo nas paredes de um país até então cinzento. Hoje, são os graffiti que marcam a fisionomia das cidades num movimento artístico que também nasceu para denunciar as desigualdades sociais. **págs. 6 e 7**



Abril e Maio, bandeiras de luta

Março trouxe para a rua trabalhadores, estudantes e populações em luta pela defesa, reposição e conquista de direitos. O combate à precariedade, o aumento dos salários e o fim das desigualdades continuam a ser as prioridades de quem não esquece que há 44 anos se construiu uma revolução cujos princípios continuam a ser atuais. **pág. 12 e 13**



Fidelidade quer despejar famílias

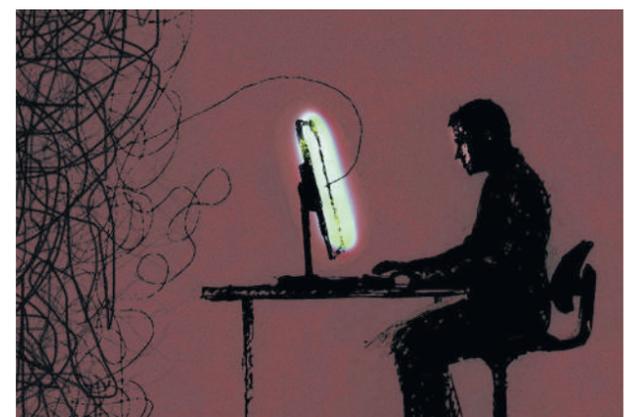
São 134 famílias que estão em risco de despejo pela seguradora, proprietária de quatro prédios em Santo António dos Cavaleiros, após terem sido informadas de que a empresa não renovará os contratos de arrendamento. A população reuniu-se em plenário, na Escola Básica da Flamenga, e promete lutar. **pág. 10**



A VOZ DO OPERÁRIO

Alunos apresentam projetos

Foi com grande satisfação que professores, alunos e pais assistiram às apresentações dos projetos desenvolvidos pelos alunos do 2.º ciclo que ocuparam várias salas do espaço educativo da Graça. **pág. 3**



Verdade, a primeira vítima das guerras

Quando passam exatamente 15 anos desde que os Estados Unidos forjaram provas da existência de armas de destruição em massa para invadir o Iraque, a manipulação continua a fazer parte da narrativa mediática. Da Líbia à Síria, os povos são vítimas de interesses geoestratégicos e da guerra por recursos energéticos. **pág. 14**

Comemoramos o 25 de Abril e o 1º de Maio

Aproxima-se mais uma celebração do 25 de Abril. Foi há 44 anos que a revolução dos cravos derrubou a ditadura fascista, restituiu ao Povo Português a Democracia e a Liberdade e apontou os caminhos do progresso e do desenvolvimento.

A comemoração do 25 de Abril não é apenas a evocação de uma data que prezamos e o lembrar daqueles que a sonharam e concretizaram, mesmo com o sacrifício da própria vida, é igualmente a necessidade de transmitir a sua importância a todos os que por serem na altura muito jovens, ou nem sequer ainda terem nascido, não a viveram mas dela desfrutam, em liberdade e pleno uso dos seus direitos, mostrando-lhes que a defesa do 25 de Abril é indissociável da luta por uma vida melhor numa sociedade mais justa.

Por isso, a sua comemoração é ao mesmo tempo uma jornada de festa mas também de luta. Festa pelo que a revolução representou de muito positivo ao por fim a 48 anos de fascismo e à conquista da liberdade, ao terminar com a guerra colonial e consagrar a independência das ex-colónias e também pelas profundas conquistas alcançadas pelo nosso povo, que perspetivaram os caminhos do desenvolvimento do país e da construção de uma sociedade livre, justa e democrática. Mas é também de luta porque muitas das aspirações dos trabalhadores e do povo acabaram por ser defraudadas, por várias décadas de política de direita, que se concretizou numa governação posta ao serviço de interesses restritos, designadamente dos que haviam sido destituídos com a revolução, eliminando muitas das conquistas alcançadas, aumentando fortemente as desigualdades sociais, em detrimento das justas aspirações da população e do progresso do país.

Comemoramos também a consagração do 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, na sequência das grandes greves e ações de massas do operariado norte-americano, realizadas há 132 anos pela redução da jornada de trabalho.

Com o 1º de Maio, celebramos a luta dos trabalhadores de todo o mundo, não só pela redução da jornada de trabalho, mas igualmente pelo direito ao trabalho e à segurança no emprego, pelo direito à liberdade de organização e de manifestação, pelos direitos à greve e à negociação coletiva.

Em Portugal, o 25 de Abril e o 1º de Maio estão profundamente ligados. A luta dos

trabalhadores, foi um fator determinante para o derrube do fascismo alcançado em 25 de Abril de 1974, tendo as comemorações do 1º de Maio, realizadas uma semana depois, com a participação não apenas dos trabalhadores, mas de todo o povo português, inundado as ruas do país e constituído um grandioso e original sufrágio, que contribuiu de forma decisiva para a consagração do 25 de Abril como um processo revolucionário.

As jornadas do 25 de Abril e do 1º de Maio revestem-se assim de grande importância na afirmação da defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, com vista à reposição dos direitos que ao longo dos anos foram sendo cerceados, designadamente pela valorização do trabalho (o que passa por uma profunda revisão das leis laborais produzidas à medida dos interesses do grande capital), onde se insere a luta contra a precariedade, pelo emprego com direitos, a luta contra a desregulação dos horários e pelas 35 horas para todos, a luta contra a caducidade da contratação coletiva e a luta por melhores salários (os rendimentos dos trabalhadores portugueses ainda continuam bem abaixo dos registados em 2010).

A Voz do Operário estará como sempre envolvida nas várias iniciativas de celebração do 25 de Abril e do 1º de Maio.

Fazemos parte da comissão promotora da Festa do 25 de Abril da zona oriental de Lisboa, que mais uma vez irá decorrer na tarde/noite do próximo dia 24 na Praça Paiva Couceiro. Para além de iniciativas próprias alusivas à data que decorrerão nos nossos equipamentos educativos, iremos participar entusiasticamente no desfile do dia 25 na descida da Avenida da Liberdade.

No 1º de Maio, teremos mais uma vez um stand na Alameda D. Afonso Henriques, onde divulgaremos a muita atividade desenvolvida pela Voz do Operário e participaremos na manifestação promovida pela CGTP, que será certamente um ponto marcante na luta atual dos trabalhadores.

Apelamos à mobilização dos nossos sócios e de todos os amigos para a participação em todas estas iniciativas de afirmação da vontade dos trabalhadores e do povo. A luta por um futuro melhor também passa por aqui.

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

EDITORIAL

Abril é futuro

No último mês, perdemos duas importantes referências que contribuíram, cada um à sua maneira, na construção da história do século XX. O Coronel Varela Gomes, sócio honorário d'A Voz do Operário, foi um herói do seu tempo. Obreiro de Abril, combateu o fascismo e não hesitou em defender as conquistas daquela revolução. Por outro lado, Stephen Hawking estendeu as fronteiras do conhecimento sobre o universo e deu-nos uma lição de vida ao superar os limites da sua própria deficiência, incluindo quando assumiu posições contra o capitalismo e de solidariedade com a luta do povo palestino. Se num exercício de ficção, pudéssemos desafiar as leis do tempo, como previu o físico britânico, e visitar os meados dos anos 70 acompanhados pelo Coronel, estaríamos a regressar ao passado ou a viajar para o futuro? É que por muito que alguns insistam Abril não faz parte do passado. O que tem de fazer parte do passado é o desemprego, a precariedade, as desigualdades sociais, empresas cujos lucros eram proveito de todos e que agora os repartem pelos bolsos dos acionistas. EDP, CTT e PT são apenas alguns exemplos de um passado que urge enterrar e de um futuro que foi semeado há 44 anos. Veríamos um PS incapaz de mostrar as suas verdadeiras opções ideológicas e sem capacidade de rejeitar, como fez no mês passado, importantes alterações à legislação laboral ou o regresso dos CTT à esfera do Estado. É esse futuro que milhares de trabalhadores, populações, estudantes e mulheres exigiram ao longo de março e é esse futuro que vai estar nas ruas nas comemorações da revolução de Abril e nas manifestações da CGTP a 1 de maio.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt

DIRETOR Domingos Lobo

DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge

FOTOGRAFIA Nuno Agostinho

COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Rego Mendes, Rita Morais

REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa

IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro

N.º DE REGISTO NA ERC 107759

DEPÓSITO LEGAL 6394/84

PERIODICIDADE Mensal

TIRAGEM 4.000 exemplares

ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



ESCOLAS

Alunos apresentam projetos



Apresentação sobre monumentos londrinos

Foi com grande satisfação que professores, alunos e pais assistiram às apresentações dos projetos desenvolvidos pelos alunos do 2.º ciclo que ocuparam várias salas do espaço educativo da Graça. Os trabalhos representaram a súmula do esforço coletivo de diferentes grupos que escolheram os seus próprios temas e os investigaram. A assistência e participação dos pais nos debates que se geraram depois de cada apresentação representou mais um passo no objetivo de fazer da progressão pedagógica um caminho que inclui toda a comunidade. Às 18 em ponto, apesar da azáfama própria destes momentos, os alunos deram início às sessões que incluíram temas como higiene e problemas sociais, a construção de um sofá de garrafas de plástico, a monumentos de Londres e equitação. Na sala 122, o Francisco e a Matilde fizeram a caracterização do que é um terramoto e explicaram o que são as escalas de Richter e Mercalli não sem

antes mostrarem como eram os primeiros sismógrafos. Vinte minutos depois, na sala 123 a Ana, a Beatriz e a Nancy contaram a história da Volkswagen começando pelos seus fundadores e explicando que em alemão significa carro do povo. Depois descreveram o processo de montagem na fábrica do gigante da indústria automóvel em Palmela, onde até houve tempo para lançar a possibilidade de uma visita à Autoeuropa. De seguida, na sala 125, o Diogo e o Santiago fintaram o nervosismo e apresentaram um retrato do que foi o 11 de setembro de 2001. Para além dos acontecimentos que marcaram esse dia na história falaram do que existe hoje naquele local e ainda deram conta de algumas das teorias da conspiração que tentam responder a algumas das perguntas que ainda se fazem sobre os atentados. Para além das perguntas, os pais valorizaram o esforço realizado e destacaram esta nova etapa letiva.

ESPETÁCULO

Tarde de fado internacional

No dia 24 de Março A Voz do Operário foi palco de mais um grandioso espetáculo de fados, desta vez contando com a presença de talentos além-fronteiras. Na *Tarde de Fados Internacional Lisboa-Paris* passaram pelo palco do salão multiusos dezenas de fadistas. De Portugal, contámos com as já habituais mas nunca menos surpreendentes prestações de Ana Pacheco, Augusto Oliveira, Bernardo Sá Nogueira, Catarina Castanhas, Cláudia Picado, Célia do

Carmo, Joana Carvalhas, José António, Madalena Gil, Sandra Rodrigues, Sara Duarte, Sofia Ferreira, Sonya da Silva e ainda Beatriz Felizardo e Pedro Junot, prémios revelação da 1.ª Gala de Fado d'A Voz do Operário. A acompanhar as vozes estiveram os músicos António Parreira e Fernanda Maciel na guitarra portuguesa e Guilherme Carvalhais na viola de fado.

Vindos directamente da Académie de Fados (Paris), actuaram os fadistas

CINEMA



Primeira longa-metragem de Afonso Mota passa n'A Voz

Aos nossos amigos, a primeira longa-metragem de Afonso Mota, foi exibida no dia 24 de Março no auditório João Hoggan, n'A Voz do Operário. A apresentação do filme foi antecedida pela actuação dos músicos Éme e Moxila e precedida por DJ Music, numa iniciativa que, segundo o realizador, procurou reflectir a forma como filme foi feito. O filme, que o autor situa entre o documentário e a ficção, quer-se "sem pressa". A equipa foi altamente reduzida e tudo se alicerça naqueles que também mostra - os seus amigos. São as suas vidas que vemos, sem pretensões maiores de retra-

tar uma geração, quando muito observá-la espiando-a, como se auto-afirma. *Aos nossos amigos* divide-se em quatro contos, onde o grupo de amigos é comum e que o realizador diz estar "num estado de espera característico de uma atualidade portuguesa". A banda sonora, mais do que presente, conta com Maria Reis, João Doria, Putas Bêbadas, Caveira e Pega Monstro. Afonso Mota, tem 24 anos, e recebeu uma menção honrosa no Festival Curtas de Vila do Conde, em 2015, com o filme *Sala Vazia*. *Aos Nossos Amigos* (2017) contou com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

convidados Filomena Lopes, Elisa Alves, José dos Santos, Linda Mergulhão, Marie-Thérèse Fleury, Mónica Cunha, Sophie Paula e Thibault Deguillaumed e os músicos Edgar Afonso e Mathilde Van Den Broeck na guitarra portuguesa. Jean Nauguet, Jean-philippe Vieira, Nuno Estevens e Patrick Martins estiveram na viola de fado.

Marcaram ainda presença Luísa Rocha e Miguel Ramos, padrinhos da Académie de Fados.

O fado é uma das áreas artísticas mais acarinhadas pel'A Voz do Operário como o comprovam as regulares iniciativas promovidas nesta área. Nesse sentido A Voz do Operário decidiu, em 2017, a realização da sua gala anual de fados, onde são atribuídos prémios em diversas categorias a personalidades que se destacam na promoção do fado. A 2.ª Gala de Fado A Voz do Operário está já a ser preparada e tem data marcada para o dia 11 de Novembro de 2018.

BIBLIOTECA ITINERANTE

Combater a solidão com histórias

NA RUA COM
HISTÓRIAS
uma biblioteca
para todos



Foi em 2012 que Elsa Serra decidiu criar uma biblioteca itinerante para chegar às pessoas com deficiência e com mobilidade condicionada. “Sou contadora de histórias há 18 anos. A ideia inicial era muito focada nas crianças. Mas enfrentei uma doença, uma artrose na anca que interferiu na minha mobilidade. Deixei de fazer a minha vida e comecei a olhar para isto do isolamento com outra perspetiva. E comecei a perceber que não tinha de ser só para crianças mas para todos. Entretanto, comecei a observar as carrinhas de apoio domiciliário e a questionar-me porque é que esse apoio tem de ser só higiene e alimentação”, conta à A Voz do Operário. A inauguração oficial é já neste mês ainda que uma parte do projeto tenha sido já testada no verão de 2016. “Comecei sozinha mas desde janeiro que tenho três voluntários comigo. Neste momento trabalhamos com 14 idosos. Queremos mais, temos de visitar, reunir e cruzar disponibilidades. Num primeiro momento, interessa-nos chegar a quatro bairros: Graça, Castelo, Alfama e Mouraria. São duas rotas diferentes, de quinze em quinze dias e vamos mudando para chegar ao máximo de sítios possíveis”, acrescenta. As ruas e as escolas são

alguns dos objetivos. A ideia é percorrer uma rota com um tuk-tuk adaptado para o efeito e crescer estabelecendo novas parcerias para chegar a mais gente. Para já, o projeto trabalha já com os utentes do Centro de Convívio d’A Voz do Operário que faz parte do trilha, colaboração que Elsa Serra classifica de muito boa. Outra das ideias é permitir que os sem abrigo requisitem livros, isto porque nas bibliotecas não lhes é permitido, uma vez que não têm morada. Os livros foram doados por diferentes parceiros e por algumas editoras que aderiram à iniciativa. São já mais de 1300. “Quando comecei, investiguei muito, até porque tinha como objetivo, lá está, chegar aos sem abrigo. Há uns projetos semelhantes na Austrália e nos Estados Unidos. Com idosos não é tão normal, mas descobri que, desde 2011, há em Espanha um projeto de uma biblioteca pública que visita quem deixa de poder deslocar-se”.

Como funciona?

“Primeiro vamos conhecer a pessoa. Depois o que nos acontece é que a maioria parte delas não tem grandes

hábitos de leitura e associa as histórias às crianças. Normalmente, somos nós que escolhemos”, começa por explicar. “Tivemos o caso de uma senhora que já é apoiada por outra instituição que soube da nossa existência e que nos pediu para lhe lermos sobre história de Portugal porque sabia pouco. Tem alzheimer e começou a jogar um jogo sobre história para estimular a memória e sentia-se mal por saber pouco. A senhora interessa-se muito por arte e então resolvi juntá-la com uma das voluntárias que é formada em artes plásticas”. Entre as pessoas que contata, lembra-se também de uma senhora que gosta de policiais e refere que se vão adaptando aos gostos de cada um. “A leitura também não é muito extensa, dura de uns cinco a dez minutos. O que mais importa são as pessoas, mais do que os livros ou as histórias. É a conversa, as memórias”, conclui Elsa Serra. Outra das atividades do projeto envolve a recolha as histórias das próprias pessoas e contá-las no museu do site. “Às vezes, há casos em que nem há tempo para grandes histórias, tal é a vontade de conversar de algumas pessoas. A ideia é mesmo o combate à solidão”.

MÚSICA PORTUGUESA

Preservar o património vivo

A relação da Música Portuguesa a Gostar dela Própria (MPGDP) com A Voz do Operário existe desde fevereiro de 2016, conta Sofia Matias. Sem espaço para desenvolver os seus projetos, esta instituição correspondeu ao apelo lançado e estabeleceu um protocolo dando casa à associação que passou também a realizar atividades com os alunos do espaço educativo da Graça. A MPGDP existe desde 2011 e nasce de uma ideia do realizador Tiago Pereira de registar o património vivo, muitas vezes esquecido, de tradição oral onde se incluem cantigas, romances, contos, práticas sacro-profanas, músicas, danças e, mais recentemente, gastronomia. Seguindo os passos do etnomusicólogo corso Michel Giacometti, a equipa desta associação percorre o

país documentando e gravando preservando, assim, a memória histórica de um povo. Os números são impressionantes. Em Portugal, chegaram aos 18 distritos e às ilhas, num total de 1839 projetos, 3053 vídeos e 5933 instrumentos registados, um acervo documental que também alimentou os 26 episódios da série *O povo que ainda canta*, em exibição na RTP. Sofia Matias descreve com entusiasmo alguns dos trabalhos que têm em mãos e fala da pesca. Nos concelhos de Ílhavo, Peniche e Murtosa, estão a gravar sonoridades relacionadas com os diferentes tipos de faina que se realizam nessas localidades. Sons dos barcos, sinos, a ronca dos faróis, cantares, testemunhos, rezas, etc.

N'A Voz do Operário, Sofia Matias explica que

desenvolvem o projeto que batizaram de *Transmissão do conhecimento a gostar dela própria* em que tentam inculcar nas pessoas o interesse pela música e dança tradicionais e, sobretudo, o prazer pela descoberta. A importância de ganhar a comunidade para a preservação do património cultural é também defender o passado no futuro. Desde o ano passado que há um dia por semana reservado para esse trabalho que inclui a aprendizagem de cante alentejano com a cantora Celina da Piedade e onde já houve espaço para experimentar as danças minhotas, as gaitas de foles e onde brevemente vão descobrir a flauta de tamborileiro. A programação detalhada pode ser consultada na página de facebook d'A Voz do Operário.

44 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

Comemorar Abril

Entre as muitas iniciativas de comemoração dos 44 anos da revolução que pôs fim à ditadura fascista, a zona oriental de Lisboa vai contar com uma festa na Praça Paiva Couceiro, na Penha de França, na noite do dia 24 de abril, cujo manifesto é subscrito pel'A Voz do Operário.

Sabes ou lembras-te, por que é tão importante esta data?

Este ano de 2018 vamos comemorar o 44º aniversário da revolução que pôs fim ao regime fascista de antes de 1974. Depois de 48 anos, naquela madrugada libertadora de Abril de 74, o glorioso movimento dos Capitães, apoiado por Sargentos, Praças, civis e as massas populares, derrubou a ditadura fascista, conquistando a Liberdade e a Democracia.

Hoje, como ontem, temos de passar às gerações presentes e futuras, que o Fascismo existiu em Portugal e que é necessário defender a Liberdade e a Democracia contra aqueles que de novo querem impor tal regime. Não passarão!

Com Abril foram conquistadas as liberdades fundamentais, de expressão, de reunião, de manifestação. Foi recuperada a dignidade e a independência nacional.

Hoje comemoramos Abril para garantir o futuro da Democracia.

No presente quadro político continuamos a lutar pela reposição de direitos e conquistas dos trabalhadores e do povo, face ao retrocesso social que foi sendo desenvolvido ao longo de anos e que foi agravado pelas políticas do governo do PSD/CDS e da sua maioria, aliado à troica, num autêntico ajuste de contas com o 25 de Abril.

Hoje comemoramos Abril, para que Abril se cumpra. Mas nesta reposição de direitos e conquistas ainda falta percorrer um longo caminho.

Para que Abril se cumpra é preciso que melhorem as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, é necessário que se reponha o direito à negociação colectiva, acabar com a precariedade, flagelo que põe em causa o futuro de milhares de jovens, que a Juventude não seja forçada a emigrar, e tenha direito a emprego com direitos que se melhore a distribuição da riqueza.

É preciso que se dinamizem a produção e a economia.

Para que Abril se cumpra, é preciso que se aumente o emprego e se acabem as diferenças salariais entre homens e mulheres, que haja igualdade de direitos das mulheres. Que haja mais justiça social, pensões de reforma dignas e o direito a envelhecer com dignidade.

Para que Abril se cumpra, é preciso que se aprofunde e melhore o Serviço Nacional de Saúde, que se defenda uma Escola Pública de qualidade, que se melhorem os serviços públicos e as funções sociais do Estado, pugnando por uma tributação fiscal mais justa.

Cumprir Abril é afirmar a Constituição da República Portuguesa.

Hoje, como ontem, lutando pelo direito a ter direitos, comemoramos Abril para que Abril se cumpra!

25 de Abril sempre!

Viva o 25 de Abril!

Abril na Graça

O alunos do 2.º ciclo do espaço educativo da Graça vão organizar um debate com a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) no dia 23 de abril no âmbito das comemorações da revolução e de um projeto letivo que está a ser desenvolvido. A URAP foi fundada em 1976, reunindo nas suas fileiras um largo núcleo de antifascistas com intervenção destacada durante a ditadura fascista. Mas a sua luta vem de mais longe. A URAP foi criada pelos antifascistas que durante a ditadura criaram a Comissão de Socorro aos Presos Políticos, organização que com grande coragem afrontava o regime no coração da sua política repressiva. Prestava apoio material e jurídico aos presos políticos e às suas famílias, divulgava no país e no estrangeiro notícias sobre a situação dos presos e de denúncia da repressão.



Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário

Assembleia Geral Ordinária

19 abril 2018 18h

Nos temos do art.º 31.º, ponto 32, alínea a), convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no próximo dia 19 de abril de 2018, às 18 horas, na sede da Instituição, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Discussão e votação do Relatório de Contas referente a 2017;**
2. **Informações.**

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiver presente o número legal de sócios, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois de acordo com o disposto no art.º 33, ponto 1, dos Estatutos.

Lisboa, março de 2018
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Libério Domingues

ARTE URBANA



Arte urbana na Quinta do Mocho

Quando as paredes falam

Desde as gravuras rupestres aos graffiti, a humanidade nunca resistiu a fazer dos muros um veículo de comunicação. A inscrição em paredes é uma arte milenar. A revolução de Abril espoletou em Portugal a liberdade que deu voz a quem havia estado amordaçado pelo fascismo durante meio século. Os inúmeros murais políticos tatuaram a esperança de um povo nas paredes de um país até então cinzento. Foi também na década de 70 que do outro lado do Atlântico, nos bairros pobres das grandes cidades norte-americanas, os jovens se começaram a artilhar de sprays e a apropriar-se dos muros, denunciando a guetização capitalista. Através das paredes também se constrói a história.

Bruno Amaral de Carvalho

É noite em Cacilhas. Vários membros de um partido de extrema-esquerda esperam escondidos um grupo de militantes de uma organização comunista que dias antes lhes tinham destruído uma pintura em papel cenário. No meio da confusão que se gera pouco depois, um deles perde um conjunto de projetos de murais. Quarenta anos volvidos, numa mesa da Casa do Alentejo, o autor dos desenhos recorda esse episódio em conversa com alguém que acaba de conhecer. À sua frente, António Alves, assume-se como o proprietário dos documentos desaparecidos e acabam a noite, juntos, em casa, a rever os murais que nunca chegaram às paredes.

António Alves é dos poucos muralistas daquela época que se mantém ativo. Agora com 60 anos, olha para trás e desfia os acontecimentos. “A partir do momen-

to em que vim para Lisboa, com 12 anos, assisti à polícia de choque na Avenida da Liberdade, no Instituto Superior Técnico, na Universidade de Lisboa. Também à repressão sobre uma manifestação na Praça do Chile contra a guerra colonial”, conta à A Voz do Operário. “Tudo isso me fez interessar pela política e comecei a pichar paredes. Mais tarde envolvi-me numa organização política e foi nesse contexto que tudo começou. Primeiro com o stencil e só mais tarde com os murais”. Aprendeu com muita gente. Principalmente, com gente da cenografia, utilizando a técnica da quadrícula e da projeção. Até à rutura com essa organização devido a contradições insanáveis, contribuiu para a pintura de centenas de murais em Lisboa e arredores. “Não me divorciei da política. O meu inimigo número um continua a ser o capitalismo e como revolucionário continuo a pintar”. Paralelamente, começou a levar o muralismo para os bairros mais pobres, so-

bretudo na periferia, envolvendo jovens na pintura e no debate sobre o conteúdo



António Alves desenha mural

dos desenhos. “Muitos fizeram murais e stencil connosco a propósito da repres-

são, da perseguição e do racismo de que são vítimas. Um mural é sempre uma coisa coletiva”, explica.

Atualmente, está envolvido em muitos trabalhos. Na Cova da Moura, está a pintar uma das paredes da associação Moinho da Juventude com diferentes heroínas africanas que se destacaram na luta pelos direitos da comunidade. Já quem passe em frente à fábrica da ex-Triumph, em Sacavém, pode ver, do outro lado da estrada, as operárias de punho levantado estampadas numa das fachadas de um edifício também ele abandonado. É um mural que retrata a resistência daquelas trabalhadoras e que teve o apoio da autarquia. Esta relação com a Câmara Municipal de Loures, descreve António, começou há quatro anos quando lançou com outros ativistas o projeto *40 anos, 40 murais* para comemorar o aniversário redondo da revolução. “A finalidade não era só contar o passado, era fazer também uma sátira ao presente e envol-

mos muita gente. A Câmara Municipal de Lisboa cedeu-nos um muro em Alcântara que começa com uma crítica ao governo de Passos Coelho e termina com a luta dos estivadores. Foi um mural que deu muito que falar e que apareceu em muitos programas televisivos e em vídeos. A única autarquia que nos forneceu material foi a de Loures”.

“Quinta do Mocho, a melhor galeria de arte urbana do país”

Longe da imagem negativa que enchia telejornais, a Quinta do Mocho está nas bocas do mundo artístico. As principais revistas e sites destacam o trabalho que a autarquia de Loures em conjunto com a população e artistas têm realizado neste bairro de Sacavém. Uma intervenção que já se alastra a outros pontos do concelho. É já uma referência para milhares de turistas que visitam Lisboa à procura de arte urbana. À entrada do bairro, numa das paredes, Amílcar Cabral, herói independentista dos povos guineense e cabo-verdiano, recebe os forasteiros que aderem às visitas guiadas por quem ali mora. É um dos murais em que participou António Alves. Entrevistada pela *A Voz do Operário*, a vereadora com os pelouros da Educação e Recursos Humanos



Maria Eugénia Coelho, vereadora na Câmara Municipal de Loures

lação tinha em relação à gestão anterior. Tínhamos de conquistar a confiança e essas assembleias mostraram que estávamos disponíveis para trabalhar em conjunto. Isto acabou num festival que durou um fim de semana com manifestações de várias ordens: música, bailado, teatro e seis artistas que vieram pintar murais”. A autarquia percebeu, então, que a arte urbana tinha um efeito muito importante na comunidade. Sobretudo, a adesão dos mais jovens e a relação com os moradores. Teve outro papel fundamental, comenta a autarca. “Transformou a imagem física do bairro mas permitiu que muitas pessoas, na ordem dos milhares, viessem visitar a galeria de arte pública percebendo também que apesar de ser um bairro de gente pobre é também um bairro de gente com expectativa, contribuindo para derrubar o estigma que havia à sua volta”.

Desde então, a arte urbana é “um fator potenciador” que incluiu a reabilitação dos edifícios para além das 76 fachadas que exibem trabalhos de artistas de todo o mundo, onde se podem apreciar obras de Vhils, Bordallo II e Oze Arv. Foi com este último que *A Voz do Operário* reconstruiu o caminho da arte urbana em Portugal desde que, nos anos 90 começou a fazer graffiti. Nascido já no



Oze Arv pinta graffiti

explica como tudo começou. “Desde que tomámos posse, em 2013, sentimos a necessidade de estabelecer contato e de trabalhar de forma mais próxima com este bairro. Sabíamos da necessidade que havia de intervenção da própria câmara porque se tratam de habitações municipais. Também nos interessava derrubar a imagem que havia do bairro, uma imagem muito negativa”. Maria Eugénia Coelho recorda que o objetivo era, com a população, dar visibilidade aos problemas e às potencialidades. “Contatámos as várias instituições que operam no terreno, mas, sobretudo, recorremos a assembleias comunitárias. A primeira foi muito participada. Havia alguma desconfiança em relação à autarquia fruto do sentimento de abandono que a popu-

refluxo do processo revolucionário, José Carvalho começou a pintar paredes com dois amigos, aos 16 anos. Dois anos depois, trocou as ruas de Lisboa pela Escola Superior de Artes e Design nas Caldas da Rainha. Foi a partir daí que começou a variação do graffiti para a arte de rua com certo tipo de intervenção social. Na academia, era absolutamente desvalorizado. “Os professores consideravam que não era arte porque não era feito numa tela”, comenta o artista que assina como Oze Arv. “Aprendi mais por experiência pessoal e com outros”. Sobre o festival que se realiza habitualmente em Loures, é peremptório: “a Quinta do Mocho é a melhor galeria de arte urbana do país”. É “espetacular”. Fala do ambiente que ali se vive entre artistas, da liberdade, do

contato com os moradores e do trabalho da autarquia e acrescenta que Portugal está na vanguarda. Mas nem sempre foi assim. Houve tempos em que vestia um colete refletor e ia pintar paredes ao domingo à tarde esperando que a polícia acreditasse na autorização falsa que havia forjado horas antes. “O graffiti afirma-se nos bairros mais pobres que sentem a necessidade de se expressar e de afirmar ‘eu existo’. A arte contemporânea estava distanciada das pessoas e o público não ia às galerias ver arte. Eu para ser artista não preciso de galerias. As ruas passaram a ser galerias”, afirma José Carvalho que entende que o graffiti “tem o poder de ver a arquitetura invisível das cidades e apropriar-se dela”. Agora, com 38 anos, é artista a tempo inteiro com trabalhos noutros países. “Gosto de pintar as fachadas de prédios

e este sistema permite que os tags perdem e se multipliquem mas varrendo qualquer frase com conteúdo político”. Sobre a cópia cada vez maior de obras de artistas reconhecidos mundialmente por parte de grandes marcas, José Carvalho recorda um caso recente. A empresa sueca de vestuário H&M utilizou um desenho criado pelo artista Jason ‘Re-vok’ Williams numa das suas campanhas publicitárias sem pedir autorização ou pagar o que quer que fosse. Em tribunal, a marca tentou que os juizes considerassem improcedente o caso, uma vez que se tratava de uma obra artística ilegal, o que desatou uma mobilização de artistas em todo o mundo. Durante várias semanas, a retaliação artística tomou forma em centenas de montras de lojas obrigando a H&M a recuar e a fazer um pedido de desculpa.



Construção de mural no Ateneu de Lisboa

e em Loures isso é possível”, acrescenta José Carvalho.

A apropriação da marginalidade

Mas nem tudo são rosas e nem todas as autarquias são como a de Loures. A apropriação da arte urbana pelo poder político e económico conduz muitas vezes ao graffiti não como ferramenta de intervenção social mas como instrumento de maquilhagem. O muralista António Alves considera que muitas vezes se paga a artistas estrangeiros para limpar a cara da cidade e tapar a degradação de certos edifícios. “Na minha opinião, a autarquia de Lisboa não está desperta para o mural interventivo. Há muita forma de fazer censura. O fascismo barrava as paredes

Em Loures, a vereadora da Educação e Recursos Humanos destaca que a aposta da autarquia na arte urbana parte da necessidade de intervir socialmente na cidade. É um instrumento para transformar. Com os murais e os graffiti veio também a reabilitação. “Temos vindo a fazer o que está ao nosso alcance e para isso tem sido indispensável a manutenção das assembleias comunitárias porque a própria população vai indicando à câmara as situações mais prioritárias. No ano passado decidimos coletivamente que a prioridade era colocar portas e caixas de correio, por exemplo. A arte urbana permite melhorar a imagem do bairro e contribui para a melhoria das condições das habitações. Tem esta dupla função”, explica Maria Eugénia Coelho.

RICARDO PAES MAMEDE

“Portugal sempre à beira da crise”

Formado entre o ISEG e a Universidade italiana de Bocconi, Ricardo Paes Mamede reconhece que a alteração da configuração do parlamento português deu um novo fôlego à economia. Presença habitual no debate televisivo, o professor admite as vantagens da política de devolução de rendimentos, mas avisa que há problemas estruturais que mantêm Portugal na corda bamba.



“As reformas laborais têm contribuído para acentuar desigualdades”

Bruno Amaral de Carvalho

Em três anos, Portugal voltou a crescer, há uma inversão dos índices económicos e nem as agências de rating nos mantêm no nível de lixo. A que se deve isto?

O ponto de partida conta. É mais fácil recuperar muito depressa quando se está no fundo do poço do que quando se está numa situação normal. Portugal atingiu níveis de degradação da situação económica e social a partir dos quais não é muito difícil melhorar. Para além disso, há alguns factores que são favoráveis. O efeito já muito prolongado da política de expansão monetária do Banco Central Europeu tem continuado a permitir beneficiar economias como a portuguesa, com uma baixa das taxas de juro mantendo uma grande procura de títulos de dívida de todos os países da Europa, incluindo os mais débeis. Há uma situação e um clima económico que deixou de ser de choque e an-

gústia permanente. Isso deu uma certa segurança que se refletiu nos níveis de consumo e nos níveis de investimento e resultou num clima favorável a nível de procura interna. Finalmente, temos tido também um aumento da procura externa, nomeadamente através do turismo.

Podemos garantir que o turismo proporciona um crescimento sustentável?

Podemos dizer, quase seguramente, que o turismo não vai crescer eternamente. São taxas de crescimento peculiares. Não é claro se o nível que se atingiu se vai manter ou se isto é algo passageiro que tem a ver com a quebra de viagens para outros destinos. Eu admito que o nível de turismo a que Portugal chegou se vá manter e até se possa vir a fortalecer. Não vai é ser suficiente para continuar a fomentar taxas de crescimento económico elevadas, embora possa parecer suficiente para absorver uma parte importante de mão de obra que estava desocupada.

Apesar dos indicadores económicos terem melhorado, ainda estamos confrontados com alguma volatilidade no que respeita ao crescimento?

A nossa economia tinha problemas estruturais difíceis antes da crise. Agora, para além desses, tem outros. A situação estrutural é muito débil. Os problemas que já existiam antes da crise tinham muito a ver com o facto de termos um perfil de especialização produtiva muito exposto à concorrência internacional e a variações de preço relevantes. Aqui a questão do euro é fundamental. A valorização face ao dólar que ocorreu entre 2003 e 2008 dificultou ainda mais a produção portuguesa, que já estava a enfrentar a concorrência de países emergentes como a China. Esses problemas estruturais continuam a existir, ou seja, Portugal não deu um salto qualitativo na estrutura produtiva. Além disso enfrenta um problema crónico que é uma dívida externa extremamente elevada. A combinação entre esta estrutura produtiva débil e a dívida externa mui-

to elevada colocam sempre Portugal à beira de entrar novamente em crise.

Ter moeda própria é sinónimo de menos obstáculos?

Na discussão sobre o euro temos de separar a discussão entre a crise a que chegámos e a importância do euro para sair da crise. Creio que hoje é muito difícil, ainda que haja gente a fazê-lo, dizer que a crise portuguesa é independente da decisão da entrada na moeda única. Não tem só a ver com o facto de vivermos numa zona monetária que é favorável a países que têm estruturas produtivas muito robustas, quando nós temos uma estrutura produtiva fraca e precisávamos de ter, ao longo destes anos, valor cambial menos forte do que aquele que se verificou. É que a adesão ao euro implicou um aumento muito significativo da relevância do sector financeiro em Portugal. A expansão financeira, o aumento do crédito, o aumento da influência dos bancos em todas as empresas do sector produtivo são fatores que ajudaram a enfraquecer a economia. Outra coisa completamente diferente é saber se, hoje, sair do euro é ou não a resposta para resolver estes problemas.

Os dados mais recentes também nos dizem que, apesar do crescimento, os níveis de desigualdade social continuam a ser elevados. Como é que isto se explica?

As desigualdades em Portugal têm uma história longa que começou a ser combatida de forma sistemática depois do 25 de Abril. Não se olha para a desigualdade sem compreender a pobreza, a falta de investimento na educação ou a democratização no acesso à saúde porque, a certa altura, a pobreza auto-alimenta-se. A não ser que haja um combate transversal, as desigualdades não desaparecem por si e até têm tendência para se agravar. Foi o que aconteceu no início dos anos 90. Criámos condições para a acumulação de capital num pequeno conjunto de empresas, esse conjunto de empresas pagou salários extremamente elevados a um conjunto de técnicos e quadros superiores e, de uma forma geral, não houve uma redistribuição dessa riqueza para o conjunto dos trabalhadores. Existiu ou através do aumento do salário mínimo ou da negociação coletiva quando teve condições para se afirmar.

As sucessivas alterações à Lei do Trabalho, que têm agravado a relação desfavorável entre os trabalhadores e as empresas, alimentam as desigualdades?

Nos últimos 15 anos, as reformas da legislação laboral tiveram como resultado o enfraquecimento da posição negocial dos trabalhadores. Contribuíram decididamente para o agravamento da desigualdade de rendimentos do trabalho e também para uma desigualdade funcional da distribuição de rendimentos entre o capital e o trabalho. Muitas vezes, argumenta-se que o objetivo dessas reformas é criar mais emprego. Se assim fosse, isso permitiria diminuir a desigualdade porque o desemprego continua a ser o maior foco de desigualdade, muito mais do que a diferença entre as pessoas que estão a trabalhar. O problema é que as reformas laborais não têm conduzido a um crescimento do emprego, têm é transferido rendimentos do trabalho para o capital. Na prática, tem contribuído para acentuar as desigualdades.

Para além do aumento do salário mínimo que outras fórmulas é que o governo pode pôr em prática para combater as desigualda-

des? Taxar as grandes riquezas em vez dos rendimentos do trabalho é uma solução?

Temos muito onde mexer para atacar o problema. Saúde, Educação, Justiça, acesso à habitação e a uma rede de transportes públicos... Todas estas áreas que são os pilares do serviço público, são fundamentais para garantir o combate às desigualdades em Portugal. Isto implica uma política fiscal que seja ela própria promotora de igualdade. Um mecanismo de redistribuição. É preciso resistir às tentações permanentes para baixar os impostos sob os rendimentos mais elevados. São tendências que têm de ser combatidas.

A eletricidade pesa mais que os salários nos gastos das empresas. A recuperação do controlo público da EDP, por exemplo, não contribuiria também para esse combate às desigualdades?

Eu vejo as privatizações mais recentes como um péssimo negócio para o Estado e para os cidadãos. Parte-se do princípio que a gestão privada funciona melhor o que não é verdade. Além disso parte-se também do princípio que o Estado não precisa ser dono para garantir um serviço útil à sociedade, basta que as regule. O que os

“Parte-se do princípio que a gestão privada funciona melhor o que não é verdade.”

últimos 30 anos de privatizações mostram é que um Estado que não sabe gerir empresas seguramente não as sabe regular.

E esta notícia de que é o Estado que tem de pagar as obras na Ponte 25 de Abril apesar de estar concessionada à Lusoponte cujo presidente foi ministro de Cavaco Silva?

Não é um problema específico de Portugal, mas afeta quer a economia quer a sociedade. Acho que devemos perceber que é parte da história, não é a história toda. Basta tomar opções erradas como, por exemplo, ter uma atitude completamente fantasiosa sobre o papel que Portugal tem na União Europeia. Não é preciso haver corruptos nesta história para chegar ao ponto que chegámos. O problema das parcerias público-privadas, como é o caso da Lusoponte e de tantas outras, é que elas nunca conseguem prever todas as contingências, tudo o que se vai passar no futuro.

Pegando nessa ideia qual é a lógica que sustenta a oposição do PS, PSD e CDS à reversão da concessão dos CTT?

A lei diz que tem de haver motivos comprovados para essa reversão e mesmo que eles existam implica que o Estado tenha de assumir o pagamento de indemnizações. São os argumentos de quem se opõe a essa nacio-

nalização. Agora, aquilo que se passa nos CTT é particularmente grave porque, apesar da degradação dos serviços, a empresa continua a distribuir dividendos e continua a delapidar o seu capital, conseguido ao longo de anos pelo país que o entregou a preço de saldo a meia dúzia de investidores privados que neste momento vendem património para distribuir lucros entre os accionistas. É perverso.

Mas há ou não uma estratégia encapotada de degradação dos serviços públicos para convencer a sociedade a entregar a gestão a privados?

Passa-se muito na Saúde. Há situações em que não se percebe a forma como alguns governantes produzem discursos alarmistas infundados sobre a Segurança Social a não ser como tentativa de desacreditar a Segurança Social enquanto mecanismo coletivo de proteção face aos vários riscos do ciclo de vida de um trabalhador. É difícil provar, mas há muitos bons motivos para desconfiar que há uma estratégia de privatizar os serviços públicos através da sua degradação.

Do ponto de vista económico como é que podemos entender a alteração da solução política atual?

É muito difícil traçar para já um retrato daquilo que é esta situação governativa e os seus impactos reais na economia. No entanto, há duas coisas que me parecem claras como contributo positivo. Uma é a política de devolução de rendimentos que deu condições para a expansão do consumo das famílias. Não foi tão grande quanto aquilo que o governo anunciou, mas nós não sabemos como é que teria sido caso essa política de devolução não tivesse tido lugar. Depois, há outro aspeto importante que é o facto do país ter saído daquele clima de permanente ataque aos direitos, incerteza sobre o futuro. Não há economia nenhuma que cresça sob o manto da instabilidade e da incerteza.

No paradigma atual qual é o futuro da UE?

Acho que as últimas três décadas, desde a fundação, mostram duas coisas essenciais. Uma é que o neoliberalismo é um eixo central na arquitetura institucional europeia, ou seja, a UE não foi criada para defender o Estado social, foi criada para ajudar a desestruturá-lo. Independentemente de estarmos ou não de acordo com as suas razões, parece-me indesmentível porque na prática foi o que a história nos provou até aqui. E mostrou-nos também que a probabilidade da UE ser outra coisa é muito baixa, precisamente pelo facto deste ser um aspecto estruturante da União tal como ela existe. Mas há um segundo aspecto que devemos ter em consideração. Os poderes instalados na UE têm mostrado sistematicamente que há um empenho para evitar a ruptura. Isto cria um cenário expectável de paz podre prolongada.

É possível construir uma União Europeia entre iguais?

A resposta curta é não. A UE é, e sempre foi, um jogo de poderes entre potências nacionais e entre interesses económicos dominantes à escala transnacional. Isso não significa que não devemos continuar a ter como objetivo construir sociedades que sejam democráticas onde reine a paz e a cooperação. Como é que isso pode ser feito? Neste momento para mim não é claro, o que é claro é que não se pode desistir desses objetivos.

SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Fidelidade quer despejar 134 famílias



Plenário de moradores na Escola Básica da Flamenga

Centena e meia de famílias estão em risco de despejo pela Fidelidade, que é proprietária de quatro prédios em Santo António dos Cavaleiros, após terem sido informadas de que a seguradora não renovará os contratos de arrendamento. A população reuniu-se em

plenário, na Escola Básica da Flamenga, com a participação de Glória Trindade, presidente da Junta da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas e Bernardino Soares, presidente da Câmara Municipal de Loures. O autarca considerou que a solu-

ção passa por exercer pressão junto dos deputados. “A solução é irmos todos à Assembleia da República falar com o máximo de grupos parlamentares, para que a alteração à lei do arrendamento avance o mais depressa possível”, referiu o autarca e ex-deputado comunista. Os responsáveis políticos garantiram ainda que vão ajudar os moradores, providenciando advogados para o esclarecimento de dúvidas e para conseguir obter uma resposta da Fidelidade em relação ao que vai acontecer depois de 2020, ano em que terminam os atuais contratos de arrendamento. Só no distrito de Lisboa, a empresa tem 1700 inquilinos. Para além de uma primeira concentração de protesto, os moradores criaram também uma página no facebook onde dão conta da luta que travam e onde se podem ver vídeos com testemunhos. Numa declaração, os administradores da página consideram que “num mercado imobiliário onde a oferta é escassa e a procura imensa, as rendas ou são incomportáveis ou as condições são miseráveis”. O texto acrescenta ainda que este é “um despejo coletivo capotado por denúncias e oposições à renovação de contratos de arrendamento” e que “os interesses macroeconómicos não podem” por em causa um direito fundamental. Os problemas relacionados com a questão da habitação na área metropolitana de Lisboa não são novidade, mas têm vindo a agravar-se a um ritmo muito elevado. Em setembro de 2017, o *Jornal Económico* afirmou que a Fidelidade pretendia vender a sua carteira de imóveis a investidores nacionais e internacionais para reforçar a sua solidez financeira. Serão 277 os imóveis para venda, entre os quais 51% localizados em Lisboa e 12% no Porto, enquanto que os restantes se encontram espalhados por todo o país.



As árvores morrem de pé

Há dias os velhos que reúnem no jardim do meu bairro discutiam em torno de um folheto onde, em grafismo *naïf*, estavam apresentadas casas, árvores, uma aldeia, circunferências e números.

Dizia um deles – isto vai dar grandes conflitos, eu tenho umas árvores lá na terra, um vizinho meu construiu a sua casa junto à extrema do meu terreno e agora à volta da casa dele num raio de 50 metros ele terá que cortar as árvores que são minhas e se ele o não fizer vai lá a Câmara e corta-mas e eu tenho de pagar uma multa e mais o corte!

Com “peladas” de 50 em 50 metros o nosso Portugal, visto do ar, vai parecer um cão tihoso – disse outro, com amarga ironia, acrescentando – eu gostava de saber se os madeireiros e os senhores das celulosas admitirão que as árvores que transformam em pasta passem a estar separadas uma das outras quando eles as plantam bastas para que cresçam iguais, esguias e direitinhas, à compita umas com as outras à procura da luz ... depois acham estranho que quando uma pega fogo ardam milhares!

Diz um outro velho, pensativo – há mais de 50 anos comprei um terreno, seco e escalavrado, mas tinha uma linda vista, fiz lá uma casita e dirigi-me a um organismo do Estado para saber o que poderia fazer crescer em tão ruim chão. Aconselharam-me, didaticamente, a utilizar espécies da flora local e deram-me sementes e juvenis de pinheiros mansos, carvalhos, aroeiras (dizendo-me que resistem muito bem ao fogo), muratas, alecrim e muitas outras plantas...

por isso se alguém lá for cortar as minhas árvores, agarro-me ao tronco delas e só de lá saio quando a Guarda me levar, preso por desobediência.

Uma coisa é certa – das várias observações dos velhos do jardim do meu bairro perante o folheto que tinham nas mãos podem extrair-se as seguintes constatações: é genérico, irrealista e violento.

Trata da mesma forma um país tão diferenciado como o nosso em termos de divisão de propriedade, tipo de povoamento, orografia, acessibilidades e mais

todos os outros fatores que determinam a personalidade das suas regiões.

Parece ignorar que a dimensão dramática dos incêndios deste verão deriva da contiguidade das manchas arbóreas e da carga térmica que acumulam.

Alheia-se do valor que a propriedade tem num país de cadastro retalhado por heranças e o sentido cultural de posse gerado em relação àquilo que foi construído ou plantado antes de nós.

Esquece áreas sensíveis como os Parques e Matas Nacionais, sítios protegidos, galerias fluviais e os renques de árvores que ainda ladeiam algumas estradas por todo o país e tão agradável sombra dão.

É urgente e indiscutível tomar medidas imediatas em relação ao problema

Contudo, não seria possível após mentalização coletiva transferir a responsabilidade do debate para os donos e vizinhos, com apoio das autarquias e dos seus serviços uma vez que são todos eles quem mais conhece e ama as suas coisas?

e ao mesmo tempo, com outras escalas e mentalidades, substituir a imposição pelo critério e o decreto pelo desenho e determinar o uso de cada hectare de uma freguesia, de um concelho ou de uma região dentro do princípio da subsidiariedade e conforme as suas aptidões determinam?

Por outras palavras – pensar global e agir local. Com a participação de todos. Planear e ordenar o território.

Francisco Silva Dias

Transportes
públicosAproximar
as margens

Comissões de Utentes da margem sul do Tejo levaram a cabo uma marcha a que chamaram Navegar é Preciso, que se iniciou no Cais do Sodré e terminou junto ao Ministério das Finanças.

O sofrimento de quem para trabalhar tem de se deslocar diariamente entre as duas margens do Tejo representa um acréscimo da penosidade laboral que ninguém retribui, mas pelo contrário é alvo de agravamento de preços como aconteceu no início do ano. Um verdadeiro ato de sadismo.

Frota insuficiente, velha e degradada cuja situação no início de Fevereiro era a seguinte:

Soflusa - seis embarcações operacionais e duas em estaleiro; Transtejo - nove embarcações operacionais e dez paralisadas.

Deste cenário resultam horários não cumpridos, prejuízos graves para a vida profissional e pessoal dos utentes, condições de desconforto por vezes degradantes, o que levou ao famoso pedido de um administrador para desfasarem os horários de utilização, o que além da indignação provocou uma gargalhada geral pelo ridículo, só comparável ao atribuído a Maria Antonieta (se não têm pão comam brioche).

Quem ouviu a Presidente do Conselho de Administração na Audição Parlamentar terá ficado esclarecido. Ausência de investimento em frota nova, falta de manutenção da existente, infra-estruturas portuárias desadequadas, situação com décadas a acumular e a agravar os problemas.

Mas agora abriu-se uma janela de esperança, porque estando preparados os concursos para os trabalhos de manutenção, a descativação das verbas necessárias e já anunciadas em 2017, que estava prevista para agosto foi antecipada para março.

Conclusão, perante a luta dos utentes e dos trabalhadores, os guardiões do défice, guarda avançada dos senhores que comandam os interesses da alta finança, tiveram de ceder na antecipação da despesa. Pequena cedência, mas mostrando que sem luta nada avança.

Voltando à Audição Parlamentar, como dissemos, ficaram claros os problemas que há décadas se agravam, mas motivações e responsáveis passaram ao lado.

O objetivo de deixar degradar os serviços públicos para privatizar com contratos ruinosos para os utentes e os dinheiros públicos tem responsáveis, que são aqueles que têm estado à frente dos governos.

Urge inverter a situação e criar condições para o serviço digno a que os utentes têm direito, o que implica renovar a frota, reabilitar a existente, melhorar as infra-estruturas portuárias.

A distância entre as duas margens não se mede só em metros, mas também no tempo necessário para realizar a travessia, incluindo o tempo de espera pelo barco. É preciso aproximar as duas margens.

Rego Mendes

CAFÉ GELO

Dos carbonários aos surrealistas



Café Gelo nos anos 60

Em plena ditadura fascista, há 56 anos, a polícia foi recebida no Café Gelo, na Praça do Rossio, à cadeia. Uma chuva de cinzeiros e açucareiros de metal abateu-se sobre as cabeças dos agentes que reprimiam milhares de manifestantes que assinalavam o Dia Internacional do Trabalhador. Quatro meses antes, o capitão Varela Gomes assaltara o Quartel de Beja numa insurreição que não triunfou. No interior do estabelecimento, vários artistas resistiam à invasão como podiam. Nunca se tinha visto nada assim. Era a maior ação de massas contra o fascismo. Na rua, carrinhas com canhões de água perseguiram a população. “Pá, houve mortos e tudo. Houve polícias que foram parar ao lago do Rossio, aquilo foi a sério”, contou um dos protagonistas da batalha a João Pedro George. Era nada mais, nada menos, que Luiz Pacheco. O escritor descreveu, então, ao que viria a ser o seu biógrafo, que até um ‘bufo’ “levou porrada da polícia”. Pelo menos um dos agentes abandonou ferido a refrega. “Estava um gajo com a pinha toda partida, cheia de sangue e de açúcar”, lembrou Luiz Pacheco. Mas o dia dos mais importantes protestos contra a ditadura foi simultaneamente o dia em que se fecharam as portas do Café Gelo aos intelectuais antifascistas. “O gerente, que era um gajo chamado Sequeira, um gajo muito simpático, foi chamado à esquadra nacional e perguntaram-lhe: ‘quem são esses gajos?’. ‘Ah, aquilo é malta, estudantes, artistas, pintores, poetas...’ ‘Não quero lá esses gajos’. Fomos expulsos do Gelo.” Entre esses gajos encontravam-se Mário Cesariny, Mário-Henrique Leiria, Herberto Helder e António José Forte. Foi, aliás, este poeta surrealista que mais tarde diria no *Jornal de Letras* que este “verdadeiro escândalo” não era provocado por um manifesto, por um grupo com nome próprio ou por uma revista mas “por um grupo iconoclasta e libertário onde se falava de tudo, até de literatura e artes”. Este era, de fato, “um grupo de franco-atiradores” e de poetas, “que disparava ao acaso sobre a multidão” e que, segundo António José Forte, “inventava os seus infernos e paraísos, que usava a

liberdade de expressão ora voando, morrendo, desaparecendo, escrevendo às vezes”. Estava-se em 1962.

Mas a história do Gelo confunde-se com o fim da monarquia. É ali, entre canecas de cerveja, que os carbonários conspiram contra a família real. Inspirados na organização secreta italiana, dezenas de milhares de operários aderem à versão portuguesa da estrutura interclassista republicana. No princípio do século XX, dezenas de membros da Carbonária frequentavam o café. Em 1906, Raul Pires, redator do *Caixeiro*, apresenta aos seus companheiros um jovem alentejano de 28 anos a que ninguém deu muita importância. Era alto, desengonçado, de rosto triste e fisionomia séria. Foi assim que o escritor Aquilino Ribeiro descreveu Alfredo Costa, que entraria para a história como um dos regicidas. Contrastava com Manuel Buíça. O transmontano era um cliente habitual e podia ser visto em exaltada cavaqueira, de manhã ou depois de jantar, com um cálice de conhaque em cima da mesa. Ainda mais jovem, o escritor que agora jaz no Panteão Nacional era já um revolucionário. Aos 22 anos, Aquilino Ribeiro, já se dedicava a confeccionar explosivos e em junho de 1907 acabou baleado numa perna durante uma manifestação justamente no Rossio. Nesse mesmo ano, foi o único sobrevivente da explosão involuntária de uma bomba pela qual acabou preso.

O Gelo entra pela porta grande da história em 1908. No princípio de janeiro, o escritor foge da prisão a tempo de assistir ao turbilhão revolucionário que vive Lisboa. A 28 de fevereiro, republicanos e carbonários falham um golpe contra o primeiro-ministro João Franco. As prisões sucedem-se mas sobram os suspeitos do costume. Na manhã seguinte, Alfredo Costa e Manuel Buíça encontram-se no Gelo. Almoçam uma omeleta e pedem duas cervejas. O transmontano escreve uma carta à amante: “Vou morrer matando – ironia curiosa e para muitos talvez incompreensível e portanto condenável”. Foi ele que disparou o tiro certo que atingiu o rei. As armas estavam escondidas no Palácio de Alverca, hoje Casa do Alentejo.

TRABALHADORES

Abril e Maio, bandeiras de luta

Numa hora, António Mexia ganha quase 900 euros a mais do que um trabalhador dos *call centers* da EDP ganha num mês. Carlos Gomes da Silva é o CEO da Galp. Qualquer trabalhador português que receba 600 euros por mês tem que trabalhar meio ano para ganhar o equivalente a um dia de trabalho do diretor da petrolífera que desde 2016 acumulou mais 25% aos lucros anuais. Na Administração Pública, há trabalhadores confrontados com a possibilidade de um aumento de 90 cêntimos por mês, depois de quase dez anos de congelamento salarial. De Almada, chega a notícia que a autarquia PS não pretende regularizar os contratos dos 51 trabalhadores com vínculo precário da Limpeza e Recolha Urbana. A maioria dos jovens portugueses não consegue arrendar ou comprar casa. Os níveis de desigualdade social são alarmantes. Traduzem-se no aumento da precariedade, na desigualdade no acesso à Educação e à Saúde. Na linha do tempo da concessão das empresas públicas a privados, só este ano a administração dos Correios de Portugal encerra balcões por todo o país e os contribuintes são chamados a pagar as obras de manutenção da Ponte 25 de Abril, explorada pela Lusoponte. Desde 1996, aumentou as portagens em 60%. Dentro do mesmo Estado, há trabalhadores a cumprir um horário de 35 horas semanais, outros de 40. Público e privado recorrem ao aluguer de mão-de-obra através das lucrativas empresas de trabalho temporário. Em vésperas da comemoração do 44º aniversário da Revolução, março acentuou a urgência de concretizar e tornar irreversíveis as conquistas de Abril.



Como se comemora a revolução?

Há referências à revolução em todas as ruas, avenidas, largos e becos do país e é por todo o país que se estendem as comemorações do derrube da ditadura fascista que condenou o povo português a 48 anos de opressão e miséria. Além das evocações solenes, muitos municípios assinalam a força e a atualidade do 25 de Abril com leituras, teatro, exposições e música. O Ateneu, em Coimbra, *Queima* o fascismo à meia-noite, num aquecimento quase literal para o desfile da Liberdade que sai às 15h da Praça da República. Antes, às 14h30, o Porto marcha até à Avenida dos Aliados

e Lisboa desce a Avenida da Liberdade no desfile popular dos cravos, das chaimites e do encontro de gerações pré e pós Revolução que fazem do 25 de Abril a memória coletiva que mantém a luta viva nas ruas. À semelhança do que acontece, em liberdade, nos últimos 44 anos, as comemorações culminam no Dia do Trabalhador com iniciativas festivas e de protesto. O desfile do 1º de Maio da CGTP, que sai do Martim Moniz em direção à Alameda, volta para demonstrar que os trabalhadores se mantêm vigilantes e combativos para assegurar os direitos conquistados e serve de homenagem a todos os que, durante a ditadura, resistiram pela liberdade, por melhores condições de vida e de trabalho, por emprego com direitos, salários e horários dignos. “Isto vai, Amigos”.



Março, mês de luta na educação

Desde o dia em que “emergimos da noite e do silêncio”, como escreveu Sophia de Mello Breyner, que a defesa de Abril continua a ter expressão máxima nas lutas que diariamente se travam nas ruas e nos locais de trabalho. Março não foi exceção. Perto de 80% dos professores aderiram à greve de quatro dias para exigir a recuperação de todo o tempo de serviço, contra a intenção do governo de eliminar mais de dois anos da contagem. O protesto decorreu de forma faseada, por regiões, e fechou escolas por todo o país. Pelo direito a um emprego estável, investigadores, docentes e não docentes do Ensino Superior protestaram junto à residência oficial do primeiro-ministro. Dias antes, centenas de alunos concentraram-se na Direção Geral do Ensino Superior para levantar a voz contra o iminente perigo de privatização das universidades, exigir o fim das propinas e uma resposta ao aumento de todos os custos associados a um curso superior. Por todo o país, milhares de estudantes do básico e do secundário marcaram uma semana de luta a propósito do Dia do Estudante para alertar para as consequências do desinvestimento na Educação e reclamar soluções para a degradação das escolas, para a falta de funcionários e de uma ação social capaz de corrigir as desigualdades e os níveis de carência que dispararam depois da crise financeira.



Romper com a precariedade e com os baixos salários

Brecht ensina-nos nas entrelinhas que, acima dos mitos, quem ergueu Tebas e as setes portas foram os homens que transportaram as pedras. A lírica não deu o mote à manifestação da Juventude Trabalhadora que irrompeu por Lisboa nos últimos dias de março, mas podia. 66% dos jovens trabalhadores portugueses têm um vínculo precário. Em contraciclo com a tendência registada noutros países da União Europeia, o desemprego jovem em Portugal cresceu e no final do ano passado rondava os 25,6%. Os dados oficiais mostram que a maior causa de desemprego é a não renovação dos contratos de trabalho. A emoldurar o retrato estão os contratos a prazo, o aluguer de mão-de-obra à temporada a empresas que alimentam os lucros num esquema de subcontratação que faz da precariedade o ciclo vicioso que diminui o valor da força de trabalho através da normalização de uma política de baixos salários e postos intermitentes. Entre os milhares que subiram a Avenida D. Carlos I rumo à Assembleia da República, estavam trabalhadores dos *call centers* da EDP e da Galp. Nenhum tem um vínculo efetivo com as empresas em questão. Só a elétrica que já pertenceu ao Estado, lucrou 1113 milhões de euros em 2017.

São mais 16% do que no ano anterior. Na base da pirâmide, os operadores de telemarketing ganham entre 580 a 664 euros por mês. São subcontratados pela Randstad que só em Portugal arrecadou 586 milhões de euros no ano passado. Por alto, se cada um desses trabalhadores visse o seu salário aumentado para mil euros, EDP e Randstad reduziriam menos de uma quarta parte dos lucros anuais. Entre os que não faltaram à chamada da Interjovem, também estavam os que não conseguem comprar nem arrendar casa, os que assumem um posto permanente mas não têm um contrato de trabalho, os que trabalham na corda bamba dos recibos verdes, os que resistem ao desemprego sem qualquer apoio social. Para mostrar que não há direitos adquiridos senão através da luta, também ecoaram as reivindicações por um horário de trabalho digno. À denúncia da imposição do trabalho obrigatório ao sábado, que apesar da resistência, prossegue na Autoeuropa, juntam-se os relatos de bancos de horas ilegais nas empresas públicas e privadas.



“10 anos valem menos de 1 euro mensal”

Quando chegaram ao Ministério das Finanças, os milhares de trabalhadores da função pública, que pararam o trânsito entre os Restauradores e o Terreiro do Paço a meio de março, foram surpreendidos pelas grades que lhes vedavam o acesso à tutela. Estavam ali para reivindicar aumentos salariais, a revisão das carreiras, a aplicação das 35 horas semanais e a integração rápida de todos vínculos precários. Convocado pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, o protesto denunciou a situação de centenas de trabalhadores integrados na primeira e segunda posições da tabela única remuneratória que progrediram para a terceira e estão confrontados com um aumento inferior a um euro por mês, uma vez que recebiam o salário mínimo, atualizado em janeiro para 580 euros. Uma situação lamentável, diz a coordenadora da frente sindical, Ana Avoila, que exige a integração dos trabalhadores na quarta posição remuneratória, 635 euros, e não descarta a hipótese de avançar para uma greve geral. A concentração ficou marcada por momentos de tensão. Arménio Carlos já se dirigia às largas centenas no momento em que as televisões entraram em direto para mostrar a resposta da polícia de choque à tentativa de derrubar as grades que mantinham os manifestantes à distância do Ministério das

Finanças que, graças aos dez anos de congelamento nas carreiras e ao elevado volume de reformas, conseguiu diminuir o peso dos salários do Estado a valores que não se registavam desde 1989. “Aquilo que se passou não dignifica um governo que se diz diferente do anterior e muito menos ajuda a criar o clima de estabilidade e de negociação de que todos necessitamos”, reagiu o secretário-geral da CGTP. “O país não se desenvolve regressando aos tempos do passado em que cada manifestação era por norma reprimida pela polícia”, acrescentou o líder da Intersindical.



Revolução inacabada

Nesse tempos do passado as mulheres também saíam à rua. Apesar do estatuto de semipessoa que as impedia de exercer qualquer direito político ou civil, incluindo votar ou decidir sobre o próprio destino, multiplicam-se as memórias de uma resistência forjada nos convívios encapitados, nas agonias da perseguição e da tortura e no combate feroz à opressão. Votaram pela primeira vez nas primeiras eleições livres de abril de 75. Em 2018 marcharam pela igualdade, aos milhares, em vários pontos do país. O MDM assinalou o Dia Internacional da Mulher no segundo fim de semana de março, em Lisboa, sob um aviso meteorológico que não demoveu a luta contra a desigualdade. Cá atrás, centenas de trabalhadoras da Triumph, empunhavam a chama acesa da resiliência das quase quinhentas que não arredaram pé dos portões da fábrica, numa vigília de vinte dias que culminou no processo de despedimento coletivo que as colocou no desemprego à mercê de uma prestação social. Às muitas mil juntaram-se associações e organizações e coletivos de mulheres de todo o mundo, residentes em Portugal. Contra a violência de género e a discriminação nas mais variadas vertentes, a ação de luta venceu a prostituição como reflexo da exploração da mulher e, apesar de celebrar a conquista de direitos, deu sinais de que há muito a fazer em matéria de vínculos contratuais e igualdade salarial. Dados do governo mostram que todos os anos, as portuguesas trabalham 79 dias sem qualquer remuneração, isto considerando que em média ganham hoje menos 278 euros por mês do que os homens. A gravidez continua a ser um obstáculo à progressão nas carreiras. Na União Europeia que ainda é de 28, Portugal foi o país onde o fosso entre salários de homens e mulheres mais aumentou entre 2011 e 2016.



saúde

Psoríase

É uma doença autoimune de longa duração e crónica, que é caracterizada pelo aparecimento de manchas (placas) avermelhadas e pruriginosas (que provocam comichão) e que podem aparecer por todo o corpo, embora seja mais frequente nas costas, cotovelos, antebraços, tíbias, à volta do umbigo, e no coró cabeludo.

A doença não é contagiosa, normalmente, não é perigosa, mas incomoda, não só pelos seus sintomas como psicologicamente e sobretudo pela estigmatização podendo afectar o ânimo da pessoa.

As placas têm um rápido crescimento, a causa é ainda desconhecida, embora se pense que ela se manifesta nas mesmas famílias, e certos genes estão associados.

Há vários tipos de psoríases.

A psoríase mais comum foi a que acabei de falar, mas há psoríase que provoca dores e inchaço nas articulações (artrite psoriática), há aquela em que a pele do pescoço fica todo vermelha (eritrodérmica), felizmente menos frequente, e a que contém pus (pustulosa) em que se formam bolhas cheias de pus, normalmente nos pés e nas mãos.

As causas ainda não se sabe bem ao certo, mas pensa-se que se relaciona com um problema do sistema imunitário, particularmente nas células denominadas linfócitos T. Os factores ambientais também podem contribuir para o seu desenvolvimento, tais como infecções da pele e da garganta, queimaduras solares graves, o stress, o tabagismo, o consumo em excesso de álcool, alguns medicamentos, etc.

O tratamento é feito por vários métodos: tópicos, com pomadas com corticoides, medicamentos orais ou injectáveis e ainda por fototerapia (através da exposição à luz ultravioleta).

Actualmente, já se descobriu outros tratamentos para esta doença, mas nem todas as pessoas os podem fazer, pois são tratamentos muito rigorosos e só depois de fazer vários exames é que se pode decidir se essas pessoa os podem fazer.

Se lhe aparecerem estes sinais e sintomas, consulte o seu médico o mais rapidamente possível para a doença não se agravar.

Lina Seabra-Diniz,
Médica

MÉDIO ORIENTE



Soldado russo com crianças de Alepo

Do Iraque à Síria, 15 anos de mentiras

A verdade é a primeira vítima das guerras, escreveu o dramaturgo grego Ésquilo, e 2.500 anos depois ninguém conseguiu demonstrar o contrário, com as grandes potências ocidentais a serem o vitimário. Passaram exatamente 15 anos desde que os Estados Unidos forjaram provas da existência de armas de destruição em massa no Iraque. Procurando ganhar o apoio da opinião pública para uma invasão, George W. Bush lançou o isco, Tony Blair, José María Aznar e Durão Barroso apadrinharam a barbárie nos Açores. A acusação teve como base um informador iraquiano da CIA, cuja narrativa contrariava todas as evidências sustentadas por Hans Blix, inspetor das Nações Unidas. Foi só em 2011 que a imprensa ocidental deu voz à fonte dos serviços secretos norte-americanos que afirmou que não só não estava seguro de que houvesse tal armamento como se mostrou orgulhoso de ter fabricado uma informação falsa para derrubar o 'regime' iraquiano. "Eu e os meus filhos estamos orgulhosos disso e estamos orgulhosos de termos sido a razão que deu ao Iraque a oportunidade de conquistar a democracia", revelou, então, Rafid Ahmed Alwan al-Janabi ao diário britânico *The Guardian*.

Um milhão de mortos depois, e com o Iraque absolutamente devastado pela agressão externa, o vórtice da mentira volta-se para a Líbia. O país africano era o mais pobre do mundo em 1961, antes da revolução liderada pelo coronel Muammar Kadafi cujo filho acaba de anunciar a candidatura presidencial.

Segundo dados da ONU, antes da intervenção militar da NATO, a Líbia liderava o continente e superava a Rússia, o Brasil e a Arábia Saudita no índice de qualidade de vida. Mas foi sobre o país conduzido por Bashar al-Assad que a fábrica de mentiras engenhou a maior operação de manipulação para inverter os progressos da Rússia na guerra contra o terrorismo. Em novembro do ano passado, o presidente turco, interessado na desestabilização do país vizinho, acusava os norte-americanos de traírem Ancara e de financiarem o Daesh. Estas declarações, num ambiente de rutura com os Estados Unidos foram uma reação à escolta militar norte-americana e britânica à coluna derrotada de combatentes do ISIS que abandonou Raqqa, na Síria. Erdogan afirmou ainda à imprensa ocidental que tinha provas fatuais do apoio logístico norte-americano às mesmas forças terroristas responsáveis por inúmeros atentados em solo europeu. Ou seja, os Estados Unidos e a União Europeia insistiram, durante anos, em desestabilizar o Médio Oriente - com o objetivo de controlar recursos naturais - dando força a grupos terroristas para derrubar regimes que defendiam o laicismo e a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em ambos os continentes as vítimas são as mesmas: os trabalhadores e a população em geral. Os mesmos responsáveis políticos que participaram nos funerais em Paris, Bruxelas e Londres vendem armas à Arábia Saudita e compraram petróleo ao Estado Islâmico.

Uma investigação do jornal britânico *Independent*, em 2016, revelou o investimento de 500 milhões de dólares que o governo norte-americano fez na produção de propaganda falsa da al-Qaeda com a capacidade de detetar a localização dos espetadores através das visualizações nas redes sociais. A empresa de relações públicas Bell Pottinger trabalhou com oficiais militares em Bagdade na elaboração de vídeos de atentados da organização terrorista cuja credibilidade poucos puseram em causa. Hoje é claro que agências de notícias e principais canais de televisão condicionam a leitura dos acontecimentos, através da intervenção de governos e grupos financeiros. Durante semanas, diferentes grupos terroristas bombardearam a capital síria sem que boa parte dos órgãos de comunicação social desse conta dos acontecimentos. Foi só quando o exército decidiu intervir para defender a população atacando os últimos redutos dos responsáveis pela barbárie que a Síria viveu durante anos que a imprensa promoveu uma campanha mediática acusando o governo de Bashar al-Assad de violar os direitos humanos. Politicamente, os Estados Unidos e a UE tentaram através do Conselho de Segurança da ONU uma solução que, uma vez mais, poupasse os terroristas mas foram obrigados a adotar a proposta da Rússia que previa uma trégua com um corredor humanitário para salvar os moradores de Ghouta mas sem qualquer perdão para os agressores.

RÚSSIA

111 milhões escolhem Putin

Vladimir Putin foi reeleito presidente da Rússia pelo partido Rússia Unida com 77% dos votos registados numa eleição em que a afluência às urnas superou os 67%. Em segundo lugar, ficou Pavel Grudinin, o candidato apoiado pelo Partido Comunista da Federação Russa, que alcançou os 12%. Vários governos ocidentais questionaram a democraticidade do processo eleitoral em contraste com as posições tomadas aquando dos governos liderados por Boris Ieltsin. Num contexto de tensão entre o Ocidente e a Rússia, quando vêm a público notícias que dão conta do possível envolvimento de Moscovo na manipulação de eleições noutros países, há quem recorde, como fez o ex-presidente russo Dmitri Medvedev que Washington interferiu no célebre plebiscito de 1996 em que Boris Ieltsin foi suspeito de roubar a vitória ao candidato comunista Guennadi Ziuganov sem que a imprensa desse relevância ao fato. Desde que Vladimir Putin sucedeu ao primeiro presidente depois do colapso da URSS a política externa da Rússia sofreu profundas mudanças. A intervenção na Síria a pedido do governo sírio, com o apoio do Irão e dos combatentes libaneses do Hezbollah, desequilibrava a balança no Médio Oriente e fez de Moscovo um protagonista regional. A estratégia ocidental de cercar a Rússia com bases da NATO a par da aproximação de Moscovo a países não alinhados com Washington e Bruxelas contribuíram para uma tensão entre dois blocos cada vez mais distantes num mundo cada vez menos unipolar.

BRASIL

Vereadora brasileira assassinada

Protestos em vários países, incluindo Portugal, repudiaram o assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro. Negra, feminista, integra a comissão que acompanha a intervenção militar em várias favelas daquela cidade do Brasil. As investigações seguem a hipótese de ter sido executada pela própria polícia.

AMADORA

Sons de Cabo Verde na Cova da Moura



Batucadeiras do grupo Finka Pé

O grupo de batuque Finka-Pé surgiu em 1988 no bairro da Cova da Moura, na Amadora, no âmbito das atividades desenvolvidas pela Associação Moinho da Juventude. Inteiramente formado por mulheres cabo-verdianas que habitam no bairro, este grupo dedicou-se à prática do batuque por diferentes razões: divulgação da cultura cabo-verdiana, auto-valorização das suas componentes e manutenção das tradições do seu país. Antes da fundação do grupo, e numa linha de fidelidade à tradição cabo-verdiana, no bairro faziam-se já batuques - ou 'batucadas' como é também costume dizer-se - em ocasiões festivas da comunidade: casamentos, batizados ou outras reuniões familiares. No entanto, não havia entre os cabo-verdianos uma consciência do valor cultural do batuque.

A direção do Moinho da Juventude começou por apoiar a formação das Finka-Pé e a sua institucionalização. A partir das primeiras atuações, e graças ao alto nível artístico das componentes do grupo, começaram a surgir convites para atuar fora do bairro; hoje torna-se difícil dar resposta a todos os convites que lhes são dirigidos, até porque as mulheres que o compõem, trabalham e têm também a sua vida familiar. Duas grandes

áreas culturais estão na génese da cultura cabo-verdiana: por um lado a cultura europeia, transmitida pelos portugueses que descobriram e colonizaram o arquipélago e, por outro, a cultura africana, recebida através dos inúmeros escravos que para lá foram levados. Desde sempre, no entanto, uma e outra influência se fizeram sentir mais fortemente nesta ou naquela ilha, em particular nas duas principais, Santiago e São Vicente, onde é nítida a diferença das influências culturais marcantes.

São Vicente com os seus géneros musicais característicos, a morna e a coladeira, denuncia uma maior influência europeia (ou mesmo brasileira) por efeito dos contatos de tráfego marítimo. Santiago, com o seu interior acidentado, remoto e profundamente agrícola, guarda marcas de uma muito mais forte influência africana, bem refletida, por exemplo, nos seus géneros musicais característicos - batuque e funaná - e também no dialeto crioulo, este muito mais que nas outras ilhas.

O batuque é, pois, um dos géneros mais representativos do património musical da ilha de Santiago. O seu contexto habitual, em Cabo Verde, são momentos importantes de convívio das comunidades. Festas

religiosas, vésperas de casamentos ou batizados e a recepção de personalidades importantes são algumas das ocasiões melhores e escolhidas para se fazerem batuques e, assim, através dos textos que cantam as mulheres, exprimirem admiração e louvor ou crítica e sátira sobre as pessoas e os acontecimentos que marcam o seu dia-a-dia.

O espaço tradicional do batuque é o terreiro: o pátio interior ou das traseiras da casa em que, pela noite fora, as mulheres se sentam em círculo, com as dançarinas no centro, tocando a 'tchabeta' - o pano que enrolado se percute pousado entre as pernas - cantando e dançando até altas horas da madrugada. O espírito e a animação que são criados durante tais acontecimentos vivem de grande alegria e de grande envolvimento coletivo. Normalmente uma cantadeira improvisa longas melodias que falam da vida, das alegrias e das tristezas, louvando ou criticando alguém ou alguma figura conhecida; e o coro das outras mulheres repete as frases cantadas pela solista, numa alternância contínua, que ajuda a subir gradualmente a emoção. O clímax do batuque atinge-se quando a frase entoada pela solista se reduz a uma palavra e o coro responde energicamente, batendo com força nas tchabetas. É nessa altura - chamada 'rabira' - que as dançarinas fazem a 'dança do torno', exibindo a sua habilidade coreográfica. A assistência que rodeia as batucadeiras e dançarinas presta atenção a tudo - os versos cantados e as danças - e aplaude entusiasticamente as melhores interagindo com o grupo. As atuações coreográficas que mais impressionam são mesmo premiadas com dinheiro dado pela assistência.

Todas as mulheres que formam o Finka-Pé aprenderam o batuque em Cabo Verde durante a sua adolescência segundo o processo tradicional de transmissão oral. A aprendizagem da música e da percussão é feita por imitação nas primeiras vezes em que participam em batucadas. Quanto à dança, é treinada e experimentada entre as jovens quando vão fazer recados fora de casa, longe de quaisquer olhares curiosos, até se sentirem com coragem de se exhibir no terreiro.

Sugestões culturais:

Toquinho - 50 anos de carreira

O músico comemora com dois concertos em Portugal. Atua dia 17 de abril no Teatro Tivoli e dia 18 na Casa da Música, no Porto. Iniciou a carreira na década de 60 ao lado de grandes nomes da Música Popular Brasileira. Uma fase importante da sua trajetória musical deu-se com Vinicius de Moraes, com quem começou a trabalhar em 1970. A partir de então, Toquinho iniciava com Vinicius uma parceria que extrapolou a relação profissional e se consolidou numa fraternal amizade robustecida tornando-se o parceiro mais produtivo do grande poeta em mais de cem canções.

Maria João Fura lança disco

A cantora e compositora Maria João Fura apresenta em concerto o seu disco de estreia FURA. Com fortes melodias, numa sonoridade multifacetada, as 12 canções abordam o quotidiano atual com ironia, numa viagem entre a Bossa-Nova, o Pop-Eletracústico, o Cool Jazz e a World Music. A sua autenticidade tem merecido o reconhecimento do público em concertos em Portugal e no Brasil, bem como do meio musical tendo sido selecionada para os prémios Zeca Afonso e Ary dos Santos, com duas canções que estão agora neste disco.

Loures celebra Abril com Carlos do Carmo

Um dos cantores mais destacados e uma das vozes mais emblemáticas celebra a revolução em Loures na noite de dia 24. É a partir das 22h que se realiza o concerto comemorativo do 25 de Abril com entrada livre no Pavilhão Paz e Amizade.



IndieJúnior

A edição de 2018 do IndieJúnior decorre entre os dias 27 de abril e 6 de maio.

O IndieJúnior é uma secção do IndieLisboa (Festival Internacional de Cinema Independente) dedicada aos mais novos e que visa contribuir para a formação estético-cultural das crianças e jovens através de uma experiência artística e lúdica. A programação das sessões é feita criteriosamente tendo em conta a idade das crianças às quais se destina.

ÓBITO



Coronel Varela Gomes, um imprescindível

Desde a crise estudantil que abalou o regime fascista ao histórico 1.º de Maio, passando pela luta do proletariado agrícola nos campos do Alentejo pelas oito horas de trabalho, o ano de 1962 teve um começo estremecedor. João Varela Gomes e Manuel Serra lideraram o assalto ao Quartel de Beja e ensaiam um levantamento militar contra o fascismo no primeiro dia de janeiro. O coronel havia participado na campanha eleitoral de Humberto Delgado e esteve ligado à conspiração da Sé, em 1959. Isolados, a revolta fracassa mas deixa o sinal de que a ditadura podia e devia ser derrotada pelos militares e pelo povo. Varela Gomes fica gravemente ferido e é julgado em 1964. Esteve preso durante seis anos e foi expulso do exército. Com a revolução de Abril, foi reintegrado no exército como coronel e foi uma das figuras centrais da 5.ª Divisão, dependente do Estado Maior das Forças Armadas, e encarregue de organizar as campanhas de dinamização cultural. É o homem que, com um contingente de operários da Sorefame, retira o nome de Salazar da ponte sobre o Tejo e a rebatiza como Ponte 25 de Abril. Com o andamento da revolução, transformou-se numa das figuras cimeiras da ala esquerda do MFA.

Teve um papel ativo na derrota do golpe de 11 de março de 1975, liderado por Spínola. Nesse mesmo ano, esteve duas semanas em visita a Cuba, onde se encontrou com Fidel e Raul Castro. Com o 25 de novembro, foi objeto de um mandado de captura e foge do país, passando por Espanha e Cuba, estabelecendo-se em Angola donde regressa em finais de 1979 quando entrou em vigor uma lei de amnistia.

Até ao fim da sua vida, defendeu as conquistas e os valores da revolução de Abril e foi homenageado pela *A Voz do Operário* em 2012, da qual passou a ser sócio honorário.

A morte do Coronel João Varela Gomes, no fim de fevereiro, motivou um voto de pesar na Assembleia da República. subscrito por PCP, BE e PEV para recordar “um homem insubmisso, um lutador incessante, a quem por vezes se chama primeiro capitão de Abril”.

A *Voz do Operário* enalteceu Varela Gomes destacando que o seu falecimento representa uma “perda inestimável para os que honram a democracia e lutam pela justiça social”. Para além de transmitir as condolências da instituição a familiares e amigos, frisou “a inquebrável integridade com que afrontou o poder fascista e, posteriormente, os que quiseram derrotar Abril”.

A Voz do Operário há 100 anos

A questão das subsistências

Duas questões importantes preocupam n’este momento as atenções publicas. Uma d’ellas é a questão politica. Por varias vezes nós temos dito que um dos motivos que levaram o povo portuguez a sentir como que um alívio, ao proclamar-se a Republica, foi a medonha incerteza em que se vivia, não se contando com o dia de amanhã, e estando-se á mercê de todas as surpresas possiveis e imaginaveis. A republica proclamou-se, e quando todos suppunham que, com a mudança das instituições, ia finalmente haver tranquilidade dos espiritos, os factos, na sua cruel rudesa, teem provado exactamente o contrario. Os tres partidos politicos, em que se dividiu a politica portugueza, partidos de homens e ambições, e não de idéas e principios deram rasão á phrase de Bordallo Pinheiro, quando cognominou a politica de *grande porca*. E por tal fórma os homens se teem abandalhado, por tal fórma os politicos teem descido a chafurdar n’um atoleiro de ignominias, que os republicanos, que applicavam o látego vibrante da sua colera contra os monarchicos, por terem tentado, com o apoio do estrangeiro, uma restauração monarchica, já desceram tambem á suprema ignominia de andarem pelas ruas do estrangeiro a achincalhar o nome de Portugal, tudo em holocausto ás suas desenfreadas ambições.

A outra questão, que n’este momento nos preocupa, é a questão das subsistências. Não nos cansaremos de o dizer: a crise das subsistências, que tão impiedosamente tem flagellado o nosso paiz, não é a consequencia da guerra, mas sim da avidez gananciosa dos salteadores que teem procurado aproveitar a situação melindrosa do paiz para encher os seus cofres. Peores do que os antigos salteadores de estrada, que esses ao menos arriscavam a sua vida, os actuaes ladrões gosam de protecção do Estado e acobertam-se com as leis, feitas sempre para cobrir todas as falcatruas e malandrices, para cohoestar todas as infamias commerciaes.

7 de abril de 1918

A carestia de vida

Passados são já quatro mezes sobre o ultimo movimento revolucionario e ainda até hoje se não mexeu, nem ao de leve, na fórma de resolver de todo, ou em parte, a carestia de vida. Dispondo-se o povo portuguez, como se dispôz a pegar em armas para derrubar um governo de despotas, de tyrannos e de incompetentes para resolver a questão economica, continúa, depois de tanto trabalho e sacrificios, a ser a mesma victima que era ha quatro mezes a esta parte.

A questão economica, longe de melhorar, continúa a agravar-se dia a dia, cada vez com mais força. Se o actual governo tivesse idéas para solucionar tão grave assumpto, em quatro mezes já alguma cousa poderia ter feito sobre esta questão; mas, infelizmente, assim não tem acontecido e apenas se tem empregado um tempo preciosissimo a resolver a *maldita política*, deixando para a rectaguarda a questão economica.

7 de abril de 1918



DECLARAÇÃO DE IRS 2017

AJUDAR ASSIM NÃO CUSTA A VOZ DO OPERÁRIO

Através da sua **declaração de IRS**, os amigos d’A Voz podem consignar a favor desta 0,5% do valor que pagaram.

Para o fazer, basta preencher o **campo 9 do anexo H**, assinalando a opção “Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública” e colocando na **linha 901** o NIF d’A Voz do Operário **500 259 518**.

Este apoio **não tem qualquer custo**, uma vez que a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado e que ficaria em poder do Estado.

Quem não paga IRS também pode ajudar divulgando esta forma de apoiar A Voz junto de familiares e amigos.

A todos, muito obrigado!